



# BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

**Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE**

92ª edição / Março de 2026

## Mensagem aos leitores

### 8 DE MARÇO É DIA DE LUTA.

Dia de lembrar que os direitos das mulheres nunca foram concessões, mas conquistas arrancadas com organização, resistência e mobilização coletiva.

Em pleno século XXI, ainda convivemos com desigualdades profundas. Mulheres seguem sendo silenciadas, violentadas e desrespeitadas em diferentes espaços da vida social.

Essas injustiças não são recentes. São fruto de estruturas históricas que ainda precisam ser transformadas. Por isso, o 8 de março não é apenas uma data simbólica, é um chamado permanente à consciência, à solidariedade e à ação coletiva.

Nesta edição, o Boletim SENAES abre espaço para reflexões da Rede Feminista de

Economia Popular e Solidária, fortalecendo o debate sobre igualdade, autonomia econômica e direitos.

E para ampliar esse diálogo, a SENAES realizou, no dia 09.03, uma live especial com lideranças femininas, debatendo o papel das mulheres na Economia Popular e Solidária, na democracia e nas políticas públicas. Na próxima edição, traremos um resumo desse encontro.

Enquanto isso, seguimos em movimento. A edição desta semana também traz notícias, formações, encontros e conquistas que mostram a Economia Popular e Solidária viva e pulsante em todo o Brasil.

**Boa leitura e sigamos na luta.**

## **REDE FEMINISTA DISCUTE DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PATRIARCADO, EM TEXTO ESPECIAL PARA O BOLETIM SENAES**

***Para homenagear as mulheres, o Boletim Senaes publica texto da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), cedido gentilmente à publicação***



Ilustração: Anna Peroba

### **Neste 8 de março, valorizamos a trajetória do movimento feminista na Economia Solidária**

Chegamos a mais um 8 de março, marco da Luta Internacional das Mulheres (Cis e Trans), momento que aprofunda o debate sobre as relações de gênero em nossa sociedade.

Nos aspectos econômicos, reafirmamos a centralidade do trabalho não remunerado do cuidado. É nítido como o capitalismo se nutre da desvalorização desta atividade vital, amparado pela construção social de que “mulheres nasceram para cuidar”. Essa divisão sexual do trabalho determina o lugar econômico das mulheres, impondo um papel de doação dedicado à manutenção da

vida e à reprodução social, frequentemente em benefício de uma estrutura patriarcal. Quando aplicamos o recorte de raça, compreendemos de forma ainda mais profunda as especificidades e as resistências das mulheres negras e indígenas nesse cenário.

No Brasil, situamos esse debate no campo da Economia Solidária. Ressaltamos o protagonismo da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), constituída em maio de 2013. A RESF segue articulando instâncias locais, estaduais e nacionais para qualificar o debate nos territórios e propor alternativas viáveis ao modelo hegemônico.

A fim de preservar a memória e a trajetória das mulheres que constroem essa história, organizamos uma lista de produções sobre o tema, que está no final do texto.

O aprofundamento na Economia Solidária e Feminista fortalece os argumentos críticos ao processo de acumulação do capital e ao patriarcado. Mais do que uma crítica, essa convergência partilha ferramentas para a construção de outras formas de relação econômica, fundamentadas na cosmovisão do Bem Viver.

A Economia Solidária e Feminista fomenta espaços de emancipação, protagonizados por mulheres, mas que convocam toda a sociedade à transformação. A luta pelo reconhecimento simbólico e material da

---

vida das mulheres é um dever coletivo e, na economia solidária, torna-se um pilar imprescindível.

Sigamos aproveitando esses acúmulos, aprofundando leituras e fortalecendo a rede pelos direitos e pela vida de todas as mulheres — negras, indígenas, amarelas, ciganas, brancas —, da comunidade LGBTQIAPN+ e de todas as pessoas que atuam como artesãs da vida e do bem viver. Seguimos!

**Para consultas e referências, acesse: Rede de Economia Solidária e Feminista: Redes e Sustentabilidade para o Bem Viver**



## **ENCONTRO EM BRASÍLIA**

---

## **COORDENAÇÕES ESTADUAIS DEBATEM NOVO CICLO E MARCO REGULATÓRIO DO PAUL SINGER**

---

**Balanço do 1º ano do Programa e Projeto Educar e Cooperar foram outros temas na pauta do evento.**



Arquivo Senaes – Mesa de abertura

Com pauta extensa e desafiante, o 2º Encontro das Coordenações Estaduais e Equipe Nacional do Programa Paul Singer foi realizado de 02 a 04 de março, em Brasília, e reuniu representantes dos 27 estados e Distrito Federal, equipe da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), parceiros institucionais: Fundacentro e Universidade Federal Rural de Pernambuco, além de diversos convidados. Cerca de 100 pessoas participaram dos três dias de atividades.

Refletir o 1º ano do Programa, construir coletivamente o novo ciclo, aprofundar conhecimentos sobre a regulamentação da Lei Paul Singer, acessar novas iniciativas da Senaes, como o Programa Educar e Cooperar, e encontrar espaço para discussões da conjuntura que impactam no agir territorial. A lista era grande, mas foi finalizada com “o dever cumprido”.

Sobre o evento, a coordenadora pedagógica, Raimunda de Oliveira Silva, retratou o encontro como um momento para reflexão da prática, a partir da experiência das coordenações estaduais, tendo como principal objetivo a construção de um novo ciclo para o Programa Paul Singer e a preparação para a 3ª imersão territorial dos agentes de Economia Popular e Solidária.

A mesa de abertura do Encontro reafirmou os esforços intersetoriais dos diversos ministérios para aproximação e integração dos agentes territoriais dos Programas do Governo Federal. Participaram da abertura representantes do Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria-Geral da Presidência e representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

O secretário nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, destacou, no início do evento, a importância do planejamento e de ações para o novo ciclo do Programa Paul Singer. Ressaltou a importância do papel dos agentes como comunicadores populares e da necessidade da presença de todos nos territórios para o contato com as redes, com as comunidades, para garantir esclarecimentos, levar os programas federais e continuar na construção de um país mais justo e solidário.



Arquivo Senaes –  
Godoy: momento de mobilizações

Para o diretor do Departamento de Formação e Estudos da Senaes (DFOR), Sérgio Godoy, o Programa Paul Singer está focado nos processos de mobilização neste momento. “Precisamos apresentar os programas do Governo Federal, fazer a articulação da sociedade civil para o que falta, para a disputa orçamentária, para os projetos sociais, para a Economia Popular e Solidária e as suas conexões com a Saúde, a Cultura, a Assistência Social e todas as áreas do Governo, que atuam naquele mesmo território”.

O diretor comenta que em maio, os agentes completam um ano no Programa e a proposta é preparar o novo ciclo de ações do Paul Singer. “Temos o compromisso de levar as devolutivas aos empreendimentos e coletivos. Avaliar o cenário trazido pela Pesquisa-Ação e construir propostas para que aquelas realidades possam ser transformadas. Trabalhar com os empreendimentos para a superação dos problemas e no seu fortalecimento, em um assessoramento político-pedagógico”, explica. O próximo passo, ele diz, será sair da unidade empreendimento e ir para o território do entorno.

## Balanço do 1º ano do Paul Singer

Coordenadores e coordenadoras estaduais foram convidados/as, no primeiro dia do evento, a refletir sobre o primeiro ano de atuação do Programa Paul Singer. Esse trabalho foi realizado em grupos e os elementos centrais e o balanço das discussões foram sistematizados.

## Lei Paul Singer – esclarecimentos



Arquivo Senaes - Zamban: linha do tempo até chegar à regulamentação

Outro tema de destaque foram as discussões e esclarecimentos sobre a Lei de Economia Solidária (Lei Paul Singer e sua Regulamentação) e o processo de constituição do Sistema Nacional de Economia Popular e Solidária (Sinaes).

O diretor do Departamento de Parcerias e Fomento da Senaes (DPAF), Fernando Zamban, fez um histórico sobre os passos dados até a regulamentação da Lei Paul Singer. Destacou, ainda, os desafios do marco regulatório para a implementação nos estados e esclareceu as dúvidas sobre o tema.

## Novo Ciclo do Paul Singer

Os trabalhos do segundo dia do Encontro ainda abordaram uma apresentação das premissas para o Novo Ciclo do Programa



Arquivo Senaes - Grupos de discussões com coordenadores/as estaduais

Paul Singer, discussões em grupos e uma reflexão coletiva sobre a terceira imersão territorial do Programa. As discussões e aprofundamentos realizados em sete grupos foram apresentadas no terceiro dia do evento.

## Chamado à mobilização



Arquivo Senaes - Eliane Martins: temos que fazer diferente

A partir de reflexões conjunturais e históricas, as coordenações estaduais foram encorajadas ao trabalho no novo ciclo do Programa.

Eliane Martins, educadora da Equipe Nacional, lembrou a todos que “sem luta, não existem conquistas para os trabalhadores”. Resgatou que, em nenhum momento da história, as vitórias aconteceram sem esforços, sem mobilização, sem muita batalha. Essa força social é que garante as conquistas”; disse. Ela acrescentou, porém, que são necessárias estratégias políticas.

Lembrou que precisamos nos dedicar à construção de um plano de Economia Popular e Solidária para os territórios. “Temos a base, mas precisamos construir a proposição. E, ela precisa amadurecer. Sabemos o que não queremos e isso é parte do que queremos”.

Eliane reforçou que “não queremos assessorar na lógica capitalista e temos que fazer diferente”. Ela indica como caminhos a elevação do nível de escolaridade, da cultura e o combate à alienação. Citou, ainda, Paulo Freire: “fomos forjados no silenciamento, na inexperiência da participação política, na crença que alguém vai fazer por nós. Estamos sempre postergando a responsabilidade do sujeito coletivo.”

Eliane defende que a inteligência tem que ser coletiva. “Não uma soma, mas uma combinação generosa. Para isso, é preciso combater os 500 anos de afirmação que somos nada”, contextualizou.

A educadora conclamou a todos a construir uma sociedade solidária, bonita e digna, onde caibam gente e natureza, que caibam as mulheres.



Arquivo Senaes – Sardá: diversidade é a riqueza do Paul Singer

“Isso é possível, tão possível quanto o Sol nasce outra vez amanhã. Precisamos construir um novo país”, disse emocionada. O representante da UFRPE, Maurício Sardá, parceiro institucional do Paul Singer, destacou aos coordenadores/as o quanto o Brasil tem “know-how” para construir propostas e sistemas públicos, reforçando a nossa capacidade de criar modelos. “O SUS é um exemplo, mesmo com seus desafios”, disse. Enumerou ainda a universalização da saúde, a vacinação, os transplantes de órgãos, a Segurança Alimentar, a Assistência Social; e na Economia Solidária, o Comércio Justo, como referências.

Sardá mencionou ainda que “são múltiplos programas dentro do Programa Paul Singer, na medida em que cada estado tem o seu contexto, o campo da Economia Solidária é diferente, o perfil dos agentes é múltiplo, diverso e plural, e essa é a sua riqueza”, afirmou.

## **Educar e cooperar - Estratégia Nacional de Formação de Agentes e Fortalecimento das Redes de Economia Solidária**

Essa nova iniciativa da Senaes foi apresentada aos coordenadores/as que puderam aprofundar sobre como ela será levada aos territórios, beneficiando empreendimentos e coletivos, com o trabalho de assessoramento técnico.

O diretor da Senaes, Sérgio Godoy, esclareceu os desafios para a implementação do Projeto, em parceria com o Sebrae, Banco do Brasil, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; e explicou que se trata de um programa de formação de formadores.

Apresentou a equipe dentro da Senaes que atua no Educar e Cooperar: Flávia Santana, Eliane Martins e Mariana Giroto, que estavam presentes no Encontro. A previsão é de que o projeto seja levado a partir de julho aos territórios, estimou.

Sobre os Tablets – os equipamentos serão patrimoniados e serão enviados. Os agentes serão responsáveis pelo tablets. Em caso de perda, eles serão responsáveis e acionados a repor o equipamento.

### **INFORMES E PACTUAÇÃO**

O momento final do Encontro foi conduzido pela coordenadora pedagógica do Programa, Raimunda de Oliveira Silva, com a divulgação de informes e pactuação com os coordenadores/as sobre as ações futuras. Os principais temas citados foram:

- Encontro Nacional dos Agentes de Economia Popular e Solidária – que será realizado de 19 a 21 de maio, em Luziânia.
- Seminários de Saúde dos/as Trabalhadores/as (Frente de Saúde e Fundacentro)
- Organização da Educomunicação do Programa.
- Pesquisa-ação na 2ª imersão: formulário do relatório territorial – até 30/04.
- Correções de dados nos questionários Pesquisa-Ação - Primeira imersão - até 06/03.
- 1º Encontro Nacional de Formação Virtual para agentes populares e territoriais de políticas públicas do Governo Federal – em 10/03, em formato virtual.
- Parcerias e interfaces, Seminários da Fundacentro, Sistematização e distribuição dos tablets.
- Alteração de data do pagamento das bolsas do Programa Paul Singer.
- Novos editais de recomposição da Equipe Nacional e para o Cadastro Reserva das Coordenações Estaduais.



Arquivo Senaes – Coordenações, Equipe Senaes e Equipe Nacional

# SENAES PARTICIPA DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DO TRABALHO, EM SÃO PAULO

### ***A Conferência foi encerrada, com a divulgação da Declaração Final do evento.***



Crédito: TEM – Abertura do evento

Organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT) foi realizada de 3 a 5 de março, em São Paulo, e concluída com a Declaração Final do evento, depois de três dias de auditórios lotados.

A Declaração pode ser acessada no site do Ministério do Trabalho, no link: [\*\*Clique Aqui!\*\*](#)

O Documento destaca que “o mundo do trabalho enfrenta transformações de ritmo intenso, buscando acompanhar as mudanças tecnológicas que levam à automação, da qual a inteligência artificial generativa, por seu potencial de impactos no trabalho humano qualificado, é um dos novos desafios”.

Na plenária final do evento, participaram 637 delegados, que votaram e aprovaram 17 propostas voltadas ao fortalecimento das

relações de trabalho, da negociação coletiva e da segurança jurídica.

### **Abertura**

No primeiro dia do evento, na terça, dia 03/03, a proposta de redução da jornada de trabalho no Brasil foi tema que ocupou centralidade nas falas das autoridades.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defenderam amplo diálogo entre trabalhadores, empregadores e governo para a aprovação do tema no Congresso Nacional.

Lula defendeu para o trabalhador mais tempo para estudar, ficar com a família e descansar, respeitando-se as especificidades das categorias.

“As propostas precisam atender aos interesses de empresários e trabalhadores, com a construção de um acordo coletivo”, disse o presidente.

Segundo o presidente, será necessária uma proposta equilibrada, que proteja os trabalhadores sem comprometer a economia do país.

O ministro Luiz Marinho disse que “o Brasil reúne condições para reduzir a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais, classificando a medida como um passo decisivo rumo ao fim da escala 6x1”.

Defendeu, ainda, amplo diálogo entre trabalhadores e empregados para o ajuste das jornadas, de acordo com as especificidades de cada atividade econômica.



Crédito: MTE - Mais tempo para estudar, ficar com a família e descansar



Crédito: MTE – Amplo debate para o ajuste da jornada, disse Marinho

Marinho reconheceu que a redução impactará os custos das empresas, mas pode melhorar de forma determinante o ambiente de trabalho e as condições de vida das pessoas. “Temos que apostar no ganho de produtividade que vem com investimento em tecnologia, em conhecimento e com o prazer no trabalho”, afirmou o ministro.

Participaram da II Conferência Nacional pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, o secretário Gilberto Carvalho e a equipe do Gabinete.

### **Ampla participação**

A II Conferência Nacional do Trabalho reuniu 2800 delegados das 27 unidades da Federação. 386 propostas foram trazidas dos eventos dos estados para o debate nacional. A Conferência tem como principal objetivo definir diretrizes para a promoção do trabalho decente no Brasil. A iniciativa busca fortalecer o diálogo social e ampliar a construção coletiva de políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho.

Marinho ressaltou que será compromisso do governo a implementação das propostas construídas de forma consensual.

Já o secretário de Relações do Trabalho do MTE e coordenador da II CNT, Marcos Periato, destacou que a conferência marca a retomada do diálogo tripartite no país.

Periato lembrou que a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente foi realizada em 2012. De lá pra cá, o mundo do trabalho passou por profundas transformações que reconfiguraram a dinâmica produtiva. As mudanças foram impulsionadas sobretudo pela modernização tecnológica.

A diretora regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Ana Virgínia Moreira, também ressaltou a importância do encontro e a presença de observadores internacionais que acompanham os debates.

Texto com informações de matérias publicadas pelo site do MTE: **[Clique Aqui!](#)**

## FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA REUNIU 15 EXPOSITORES NA II CONFERÊNCIA DO TRABALHO



Crédito: Matheus Itacaramby/  
MTE - Estande da Feira

A II Conferência Nacional do Trabalho abriu espaço para 15 estandes para exposição e comercialização de produtos da Economia Solidária, durante o evento. Foi uma grande feira coordenada pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) e contou com a mobilização das redes UNICOPAS, Fórum Paulista de Economia Solidária e Programa Paul Singer do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



Crédito: Matheus Itacaramby/  
MTE - Estande da Feira

Participaram empreendimentos de diversas partes do país, como Bahia, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Segundo a coordenadora-geral de Parcerias e Fomento da SENAES, Lidiane Freire, a proposta foi aproximar a Economia Solidária ainda mais da agenda do mundo do trabalho”.

Castanhas, geleia de mangaba, esculturas de madeira talhadas, foram alguns dos produtos que puderam ser encontrados nos estandes.

Texto com informações de matéria publicada no site do MTE: [\*\*Clique Aqui!\*\*](#)



Crédito: Matheus Itacaramby / MTE -  
Expositores da Feira de Economia Solidária

## PUBLICADA DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, EM FEVEREIRO



### ***Documento defende integração entre países ibero-americanos para fortalecimento da Economia Social e Solidária***

Foi publicada, em 22 de fevereiro, a Declaração de Cartagena (Colômbia), por 22 membros e observadores da Rede Ibero-Americana para a Promoção da Economia Social e Solidária, Instituições e organizações signatárias da RIFESS, 27 organizações, redes e plataformas internacionais e 10 Organizações Nacionais da Colômbia. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) é integrante da Rede Internacional, que reúne países da América Latina, apoiados por Portugal e Espanha, uma das signatárias do documento.

A Declaração foi construída durante o Encontro Internacional de Economias para a Vida ECOVIDA 2026: “Solidariedade para semear a vida”.

No documento, os signatários reafirmam “o compromisso das entidades participantes com a transformação estrutural de nossas economias, voltada ao trabalho digno, à sustentabilidade dos territórios, à soberania alimentar, à equidade e ao cuidado das pessoas e do planeta”.

Defendem que a “A Economia Social e Solidária não é uma agenda setorial nem complementar, mas sim uma ajuda estratégica para enfrentar as grandes desigualdades estruturais, promover a coesão territorial e consolidar alternativas produtivas sustentáveis e inclusivas.”

A Declaração ressalta que a “articulação entre governos e organizações da Economia Popular, solidária, campesina, cooperativa e comunitária constitui um pilar fundamental para consolidar políticas públicas sustentáveis e com arraigo territorial, aponta o documento.

Segundo o secretário nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, a declaração é resultado de acúmulos de encontros anteriores como o que aconteceu na Bolívia, em 2025; onde países como Cuba, Peru, Equador, México e Brasil discutiram e pactuaram conceitos, em reuniões técnicas.

“A Declaração resultará numa agenda da Economia Social e Solidária na América Latina, com os países iberos (Portugal e Espanha) e essa integração regional tem impacto enorme no fortalecimento interno da Economia Solidária e na sua construção como Política Pública”, disse.

Carvalho comentou que em outubro de 2026, um novo encontro já está agendado para celar novos compromissos entre os países, entidades e organismos ibero-americanos.

O documento ainda lista um conjunto de esforços aos signatários para fortalecer a Economia Social e Solidária, destacando quatro pontos:

---

1. Construir e disseminar uma narrativa regional comum que posicione a Economia Social e Solidária como uma resposta estrutural à desigualdade, ao trabalho precário e à crise ambiental, projetando mensagens coordenadas em espaços multilaterais.

2. Promover declarações conjuntas e ações de advocacy coordenadas nos principais fóruns regionais e internacionais onde são debatidos temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, trabalho decente, reforma agrária e transição ecológica.

3. Fortalecer um mecanismo permanente de diálogo político entre a RIFESS e organizações de economias para a vida, a

fim de garantir o monitoramento sistemático dos compromissos assumidos e gerar posições conjuntas em debates regionais e internacionais.

4. Gerar uma contribuição específica para a Economia Social e Solidária na Conferência ICARRD+20, destacando o trabalho e a trajetória dessas entidades no desenvolvimento rural e na agricultura, com ênfase especial na soberania alimentar, agroecologia, empoderamento feminino e promoção da agricultura familiar e camponesa integrada em cadeias de valor inclusivas e orientadas para o abastecimento local.

Leia a íntegra da Declaração de Cartagena \_ acesse o link: **[Clique Aqui!](#)**

## **CONQUISTA TERRITORIAL**

---

## **CÂMARA DE CANOAS/RS APROVA COMISSÃO ESPECIAL PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

---



Crédito: Gian Guglieman - Vereadores, trabalhadoras, Fórum Municipal de EcoSol e agentes do Território Vale dos Sinos

A Câmara Municipal de Vereadores(as) de Canoas/RS aprovou, por unanimidade, a criação de uma Comissão Especial de Políticas Públicas para Economia Solidária, no dia 5 de março de 2026. A Comissão deverá atuar para realizar diagnóstico da realidade local dos empreendimentos de Economia Solidária, propor diretrizes para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas municipais na área, promover audiências públicas e escuta ativa dos trabalhadores, cooperativas, associações e entidades envolvidas; articular ações com o Poder Executivo, universidades, organizações da sociedade

civil e demais instituições e sugerir projetos de lei, programas e mecanismos de incentivo e fomento à Economia Solidária.

O Programa de Formação Paul Singer teve papel decisivo na criação da Comissão, por meio do trabalho do agente territorial, William de Almeida Cavalheiro, que realizou uma pesquisa de diagnóstico da Economia Solidária no município. A partir dessa pesquisa, o tema passou a ser dialogado com vereadores(as) para sensibilizá-los/las sobre a importância da temática para o desenvolvimento do município. A pesquisa junto aos grupos e as reuniões com os parlamentares culminaram com a exposição dos resultados em Sessão Ordinária da Câmara, em novembro/2025.

Com a apresentação realizada pelo agente do Programa Paul Singer, o debate sobre a Economia Solidária cresceu na Câmara e passaram a surgir diversas propostas e ideias dos vereadores/as para fomentar a Economia Solidária local.

A construção de um acordo entre os vereadores/as garantiu a criação da Comissão Especial para debater com entidades, instituições, poder executivo, empreendedores(as) solidários(as) e a sociedade, a Economia Solidária na estratégia de desenvolvimento da cidade, bem como propor ações de fortalecimento do setor.



Crédito: Gian Guglieman - Galeria do plenário da Câmara de Canoas ficou lotada por trabalhadores(as) solidários(as) na aprovação da Comissão Especial

### **Histórico local**

A Economia Solidária se desenvolveu em Canoas a partir de 2004, quando empreendimentos de alimentação e artesanato formaram o Fórum Canoense de Economia Solidária. Ao longo da história, as cooperativas de reciclagem foram crescendo e se organizando na conquista de espaços de geração de trabalho e renda. Resultado da luta das(os) trabalhadoras(es), surgiram as primeiras feiras no centro da cidade; e, a partir de 2009, com a criação da Diretoria de Economia Solidária da Prefeitura, as feiras cresceram e as cooperativas de reciclagem passaram a realizar a coleta seletiva do município.

## AGENDA

# ENCONTRO NACIONAL REUNIRÁ AGENTES POPULARES E TERRITORIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO FEDERAL

Evento virtual nesta terça, dia 10/03.

ENCONTRO VIRTUAL DE FORMAÇÃO PARA AGENTES TERRITORIAIS

TEMA:  
O papel das (dos) agentes territoriais nas políticas públicas do Governo Federal

10/03/2026  
19h às 21h  
(horário de Brasília)

CONVIDADOS

**Guilherme Boulos**  
Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República

**Gilberto Carvalho**  
Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

acesse pelo QR code ou pelo link

[www.gov.br/sg/agentesterritoriais](http://www.gov.br/sg/agentesterritoriais)

SECRETARIA-GERAL GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

A Secretaria Geral da Presidência da República promove no dia 10/03, próxima terça-feira, o 1º Encontro Nacional de Formação Virtual para agentes populares e territoriais de políticas públicas do Governo Federal. O evento será das 19h às 21h.

A proposta do evento é qualificar cada vez mais a atuação territorial com a população, criar sintonia entre agentes territoriais de diferentes políticas públicas e apresentar uma nova proposta de formação em espaços intersetoriais.

Os convidados do Encontro são o secretário-geral da Presidência da República, Guilherme Boulos; e o secretário nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho.

A participação dos agentes deve contribuir para ampliar os avanços dos diversos programas nos territórios. Pedimos a participação de todos os agentes do Programa Paul nesta oportunidade de discussão intersetorial, envolvendo os territórios. Participem!

**[Link : Clique Aqui](http://www.gov.br/sg/agentesterritoriais)**

## CONTE PARA NÓS SUA EXPERIÊNCIA COM O BOLETIM SENAES

Sua opinião é importante para aprimorarmos o Boletim da SENAES.

Queremos saber como tem sido sua experiência ao receber nosso informe semanal, se você encontra dificuldades de acesso ou se tem sugestões para melhorar os conteúdos e os formatos de envio.

Você também pode enviar dúvidas,

críticas ou contribuições que ajudem a tornar o boletim cada vez mais claro, útil e conectado com os territórios da Economia Popular e Solidária.

Para acessar as edições do Boletim Semanal da SENAES, basta clicar aqui:



## FALE COM A GENTE!

Envie sua experiência, dúvida, crítica ou sugestão para:  
[comunicacao.senaes@trabalho.gov.br](mailto:comunicacao.senaes@trabalho.gov.br)  
Ficaremos felizes em responder. Obrigada!

**Expediente:** Informativo elaborado pela  
Secretaria Nacional de Economia Popular  
e Solidária - SENAES/MTE

**Contato/sugestões:**

**E-mail:**

[comunicacao.senaes@trabalho.gov.br](mailto:comunicacao.senaes@trabalho.gov.br)

**Telefone:** (61) 2031- 6833